

GOVERNO MUNICIPAL
CRUZ
Um bom lugar de se viver
 MUNICÍPIO DE CRUZ - PODER EXECUTIVO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A ABRIL DE 2010 - 1º Quadrimestre

LRP, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I

R\$ 1,00

	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA COM PESSOAL		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)		
Pessoal Ativo	13.730.871,78	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	12.891.288,40	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	839.583,38	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)		
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	36.387,20	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	36.387,20	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	13.694.484,58	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	13.694.484,58	13.694.484,58

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	27.438.215,21
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	49,91%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 54,0%	14.816.636,21
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 51,3%	14.075.804,40

FONTE: Contabilidade do Poder Executivo

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

ALFA CONTABILIDADE S/S
 CRC 0E97/9910-3
 Resp. Controle Interno da Execução Orçamentária

Erlianda Maria Nascimento
 Secretária de Administração e Finanças

José Luiz Sobrinho
 Prefeito Municipal